



ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.490.298/0001-06, com sede na Rua Conselheiro Sinimbu, 188, Bloco C, Perissê, Nova Friburgo/RJ, neste ato representada por sua sócia Roberta de Oliveira Moraes, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 11.600.173-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 054.577.517-59, domiciliado profissionalmente no endereço acima informado, interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, em face ao **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

Ref. Pregão Eletrônico nº: 035/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, Contratação de empresa especializada para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da Unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições que seguem nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

DOS REGISTROS NOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Diz o Edital em comento sobre a qualificação técnica:

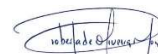




“20.2 Deverá apresentar ATESTADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição, de modo a comprovar ter prestado serviços de fornecimento de alimentação em outras unidades de saúde e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios.”

Tal registro é irregular, não faltam julgados no sentido, senão vejamos:

Acórdão 7260/2016 - Segunda Câmara |
Relator: ANA ARRAES Na aferição da capacidade técnica das pessoas jurídicas, **é irregular a rejeição de atestados de capacidade técnico-operacional que não possuam registro no conselho profissional. A exigência de atestados registrados nas entidades**





profissionais competentes devem ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

Ou:

Abstenha-se de exigir que os atestados de capacidade técnica tenham sido averbados pelo Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, condicionante que restringe a competitividade do certame e, por isso, contraria o art. 3º Lei nº 8.666/1993. Acórdão 43/2008 Plenário.

Ou ainda:

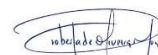
ACÓRDÃO Nº 1452/2015 – TCU – Plenário SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE AVERBAÇÃO DE EM CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO LEGAL. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.





**INABILITAÇÃO INDEVIDA DE
EMPRESA PARTICIPANTE. NULIDADE
DA LICITAÇÃO E DA RESPECTIVA ATA
DE REGISTRO DE PREÇOS.
DETERMINAÇÕES. Constitui restrição
indevida ao caráter competitivo da
licitação a exigência, para fins de
habilitação da licitante, de averbação
de atestado de capacidade técnica em
entidade de fiscalização profissional,
SEM QUE A LEI ESTABELEÇA
MECANISMO PELO QUAL A REFERIDA
ENTIDADE POSSA MANTER REGISTRO
SOBRE CADA TRABALHO
DESEMPENHADO POR SEUS
AFILIADOS, DE MODO A VERIFICAR A
FIDEDIGNIDADE DA DECLARAÇÃO
PRESTADA POR TERCEIRO.**

As exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico profissional ou técnico operacional, portanto, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais.

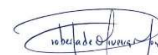




No tocante ao registro do atestado de capacidade técnica no conselho profissional competente (CRN), **o diretor DMAC, Saimon Cavalcante de Araújo, sustentou que a Lei Federal n. 8.666/93 não o exige, portanto, não seria lícito fazê-lo, e que a firme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) preleciona que a aludida exigência restringe a competitividade do certame, e, dessarte, contraria o art. 3º da Lei Federal n. 8.666/93, a exemplo do acórdão n. 43/2008-Plenário.**

A jurisprudência do TCU consagra que constitui restrição indevida ao caráter competitivo da licitação a exigência, sob o rótulo de habilitação da licitante, de averbação de atestado de capacidade técnica em entidade de fiscalização profissional, **sem que a lei estabeleça mecanismo pelo qual a referida entidade possa manter registro sobre cada trabalho desempenhado por seus filiados, de modo a verificar a fidedignidade da declaração prestada por terceiro.**

Nesse caminho, o acórdão n. 1.452/2015-Plenário do TCU, no qual se ventilou que na esmagadora maioria das atividades/profissões regulamentadas não existe previsão normativa para o registro no conselho de fiscalização profissional da responsabilidade técnica sobre cada trabalho realizado - é dizer, a fiscalização não contempla controle do acervo de seus filiados -, motivo por que concluiu que, ao se exigir em edital que o conselho profissional autentique o atestado de capacidade técnica emitido por terceiros, cria-se uma forma de prova de fato jurídico não prevista na norma geral contida no art. 212 do Código Civil nem em lei especial que



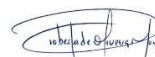


discipline o funcionamento dessas entidades e o relacionamento com seus associados.

Portanto, para o TCU não há cabimento em subordinar a prova do exercício de um serviço ao registro da declaração no órgão de fiscalização; não há cabimento em exigir que o médico apresente declaração registrada no CRM ou que o advogado traga declaração registrada na OAB, sublinhou o TCU.

Bem de se pontuar também que para o TCU não é cabível a instituição de registro dessa ordem por meio de atos sem cunho legislativo, adotados por parte dos conselhos de fiscalização, porque, **para além de ilegal, o registro seria inútil, uma vez que o conselho não poderia confirmar a veracidade do seu conteúdo; é que para o TCU não teria cabimento estabelecer a obrigatoriedade de um registro que nada pudesse acrescentar ao conteúdo da declaração prestada pelo signatário**, daí por que frisou a peculiaridade da atividade de engenharia, haja vista que o CREA acompanha cada prestação de serviço de engenharia e dispõe de condições de verificar se a declaração corresponde à verdade.

De resto, cumpre apontar que o TCU destacou no acórdão n. 1.452/2015- Plenário que **há vários precedentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no sentido de que as normas que regulamentam o exercício da atividade de nutrição não estabelecem a obrigatoriedade de averbação de toda a atividade desenvolvida pelo profissional e pela pessoa jurídica nos respectivos Conselhos Regionais de Nutrição, cf. TC n. 37374/026/06, rel. Fúlvio Julião Biazzi, DOE de 23.11.2006.**





À vista disso tudo, é de parecer que a ausência de exigência de registro do atestado de capacidade técnica no registro profissional competente não se revelou um erro, uma vez que, a despeito da Resolução n. 520/2012 do Conselho Federal de Nutrição, não existe lei que normatize/condicione tal exigência e o mecanismo pelo qual a referida entidade possa manter registro sobre cada trabalho desempenhado por seus filiados, de modo a verificar a fidedignidade da declaração prestada por terceiro.

Assim, deve se seguir a clássica afirmação de que não se deve prever em edital requisitos que possam comprometer a competitividade do certame, sob pena de quebra dos princípios licitatórios da **imessoalidade, isonomia, legalidade e competitividade.**

DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA QUE SEJA POSSÍVEL REALIZAR A CONTRATAÇÃO

O Edital 169/2022 do Município de Nova Friburgo, cujo objeto também se tratava de fornecimento de alimentação hospitalar no seu Termo de Referência quando da justificativa e do objeto da contratação (item 3), informa sobre a impossibilidade de utilização da cozinha do Hospital Raul Sertã, sendo certo que o presente Edital também faz menção à impossibilidade de utilização da cozinha da Maternidade.

Naquele Edital, erroneamente se falava em estrutura mínima da cozinha (subitem 3.1), sem descrever o que entendia por **estrutura mínima.**

Estranhamente, no presente edital, não só não se prevê a estrutura mínima da cozinha industrial, como **se cala inteiramente sobre a necessidade de se ter uma estrutura mínima.** Ou seja, qualquer cozinha com um aparato medíocre pode ser aceita.





No caso falha o Edital antigo por não descrever o que considerava estrutura mínima e **falha o presente Edital por não prever e exigir qualquer estrutura.**

Como de sabença pública, o edital deve claro nas suas exigências, utilizando-se de linguagem precisa, **suficiente e clara!** Na forma exigida pelo art. 3º, II da Lei 10.520/2002.

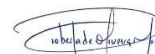
"O edital deve conter clareza na linguagem sob pena de não dar o perfeito conhecimento aos destinatários do que deseja de fato contratar (TCE/SP – Pleno)".

Deste modo, o Termo de Referência, parte integrante do Edital, deve descrever de forma cristalina o que será exigido dos licitantes quando da contratação e do fornecimento dos serviços a serem prestados, eis que Termo de Referência é bastante rigoroso, como deve ser, em relação as vistorias e fiscalizações ao local de produção dos alimentos. Assim, para segurança jurídica do Contrato e para poder cumprir plenamente às exigências assumidas e também impede para uma perfeita fiscalização do Município sobre o serviço que pretende contratar, deve o edital descrever critérios objetivos.

DO NÚMERO NECESSÁRIO DE PESSOAL

Diz o Termo de Referência:

18.1. Manter quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo em número necessário e suficiente para atender o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência.





Seguindo a mesma tese, da clareza do Edital, conforme o já citado art. 3º, II da Lei nº 10.520/2002, mais uma vez o edital deixa o licitante sem saber o que entende **por número necessário e suficiente!**

Veja bem, ilustre Pregoeiro, que o número de funcionários afeta fortemente o preço a ser proposto, assim sendo, é necessário que o Edital e seu Termo de Referência sejam claros e precisos para que também a proposta seja clara e precisa.

Essa precisão é necessária para que se estabeleça o perfeito relacionamento entre Contratante e Contratado no que concerne às obrigações assumidas, à prestação do serviço com excelência, às futuras fiscalizações, ao pagamento do fornecedor, etc.

É esta clareza na redação do Edital que promove a **transparência da Contratação**, que estabelece não só entre as partes contratantes, Poder Público/Empresa, mas a toda sociedade de forma cristalina o entendimento dos gastos públicos, do cumprimento do contrato e do serviço que foi pago e entregue, no caso em especial, estamos falando de alimentação hospitalar, assunto este de evidente importância.

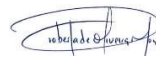
DA AUSÊNCIA DE UMA DISTÂNCIA MÁXIMA PARA INSTALAÇÃO DA COZINHA

O Edital deixou de constar também de uma distância máxima para que esteja instalada a cozinha que preparará o alimento.

Imagine que uma empresa cujas instalações estejam a 400KM de distância do nosocômio, e que esta, mesmo estando plenamente habilitada e tendo ofertado a melhor proposta, tenha que trazer os alimentos a partir desta distância. Em quais condições os alimentos chegarão?

É claro, que deveria haver estudo entre o tempo e distância da preparação do alimento a sua efetiva entrega no hospital!

Em se tratando de alimentação hospitalar e como bem dito no Termo de Referência da complexidade do serviço, todo cuidado é pouco! Assim deve o Município de Nova Friburgo se precaver, e exigir a entrega de um alimento de boa qualidade, saboroso e que atenda principalmente ao princípio do interesse público.





Veja que estamos falando de uma licitação cuja estimativa ultrapassa a cifra de milhões de reais!

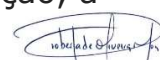
Assim, resta claro que o edital deve e pode prever que as instalações da empresa vencedora estejam num raio compatível com a entrega a ser realizada, lembrando que o próprio Termo de Referência proíbe a terceirização dos serviços a serem contratados, fato este que inevitavelmente irá ocorrer caso não haja a obrigatoriedade de instalação da Cozinha Industrial num perímetro condizente.

Bom salientar que, a alimentação hospitalar, tem sido alvo de diversas reclamações e severas críticas, gerando acalorados debates no meio político, entre a população e até na mídia. Destarte, prever este raio de distância entre a produção do alimento e ao consumidor final, se revela de suma importância no que cabe a qualidade, fiscalização e ao interesse público.

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se o RECEBIMENTO da presente Impugnação e seu regular processamento, requerendo seu INTEGRAL PROVIMENTO, com o acolhimento das assertivas aqui colacionadas, para sustação do certame e regular retificação do Edital, em especial:

- a) Para que se corrija a redação do Item 20.2 do Edital, retirando do texto a obrigatoriedade do registro do atestado no Conselho Regional de Nutrição, na forma que prediz a jurisprudência do TCU, evitando-se assim a restrição da competitividade e para que sejam respeitados os princípios basilares **da legalidade, isonomia, competitividade e razoabilidade.**
- b) Para que descreva qual estrutura mínima será necessária aos licitantes para prestação do contrato, a fim de que sejam cumpridos **os princípios da transparência e do interesse público.**
- c) Do mesmo modo, esclareça o que entende por pessoal necessário e suficiente para cumprimento da obrigação, a





fim de que a proposta a ser apresentada possa ser verificada com clareza, **garantindo assim a segurança jurídica do contrato e também os princípios acima mencionados.**

- d)** Para que se proceda ao estudo de distância da instalação da cozinha, cumprindo assim **o princípio do interesse público e da transparência.**

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer-se o encaminhamento para a autoridade superior, para que análise a presente defesa em última instância.

Termos em que,

Pede deferimento.

Nova Friburgo, 27 de abril de 2023

22.490.298/0001-06
KITCHEN COMÉRCIO E
INDÚSTRIA LTDA
Rua Conselheiro Sinimbu, 188 - Bloco C - Perissê
CEP 28613-270 - NOVA FRIBURGO - RJ

Roberta de Oliveira Moraes / CPF: 054.577.517-59

Representante Legal
Kitchen Services

